

ENEM, CIBERCULTURA E JUVENTUDE: atualidades biopolíticas^{72*}

Kleber Jean Matos Lopes⁷³
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Apresenta e problematiza a condição da experiência da juventude na contemporaneidade em relação às políticas de regulação e endereçamento para a formação profissional, aqui nomeadas por atualidades biopolíticas. Toma o Enem como um dispositivo de acesso ao ensino superior, que interfere de modo agudo na vida da população de jovens que se encontram no ensino médio. Tem por campo de reflexão experiências inscritas no que se toma por cibercultura, tendo por modo de vida a inscrição subjetiva que se pauta esteticamente no que se toma por Sociedade de Controle.

Palavras-chave: Enem, juventude, biopolíticas, subjetividade.

ENEM, cyber culture and youth: biopolitical news

Abstract

Presents and discusses the condition of the experience of youth in the contemporary and in the face of regulatory policies addressing professional training, here named for updates biopolitics. Takes Enem as a device access to higher education, which interferes acutely in the life of high school's youth population. Its analyses are centered around experiments produced by the cyberculture field, having the way of life the subjective inscription aesthetic agenda taken for the Control Society.

Keywords: Enem, youth, biopolitics, subjectivity.

72 * Recebido em: julho/2013. – Aceito em: setembro/2013.

73 Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Política. Bacharel em Comunicação Social (UFC) e Psicologia (UFES). Coordena o Coletivo de Estudos da Subjetividade e Políticas para a Vida, tendo como campos de problematização a experiência da vida urbana e o cinema. E-mail: klebermatos@uol.com.br.

Um pensamento

Gilles Deleuze (1992) afirmava, em 1990, que deixávamos para traz um modo de vida, que no mundo ocidental se entendia por Sociedade Disciplinar. Em lugar desse, a vida estaria a inventar outros modos de afetar e se deixar afetar em nome daquilo que encaminhava cada existência: a isso Deleuze chamou Sociedade de Controle. Uma nomenclatura já insinuada por Michel Foucault (2003) quando discorria sobre uma crise que houvera se generalizado nos ambientes institucionais abalando um modo de vida pautado numa permanência em ambientes como a escola, a empresa, o hospital, a caserna, dentre outros, que viam ruir os efeitos disciplinares nas suas ordenações cotidianas, fato que acabou sendo representado pela queda dos muros que territorializavam essas instituições.

Deleuze enxergava como efeito dessa falência institucional a instauração de processos de reforma que instituiriam políticas de sobrevivência para esses ambientes. Não se tratava de maquiagem a massa falida, mas de lhe possibilitar outra acomodação, algo que a aproximasse das demandas do contemporâneo, fazendo com isso que permanecessem alguns eixos de organização da vida moderna, como uma economia pautada na racionalidade liberal. Reformar o liberalismo, produzir uma nova ordem mundial de convivência pacífica entre as nações, globalizar as experiências do viver tendo por suporte avanços tecnológicos, como o uso massivo da recém-instituída Rede Mundial de Computadores, eram proposições que afirmavam oportunizar avanços nas condições da vida humana nos últimos anos do século XX. Coisas que se quiseram trilhos e se fizeram trilhas no mundo que estava por vir.

O texto do filósofo é rápido e pretensioso, mas Deleuze já em seu título diz tratar-se de um *post-scriptum*, algo que se tenta acrescentar a uma escrita já encerrada, como quem insinua a ineficiência do ponto final e ainda, mesmo sem ter como estender o dito em sua lógica, leva ao texto um impreciso algo a mais. Deleuze assume o risco de uma fala rápida e incerta, mas o que sugeria pretensão se revela generosidade. O pouco de possível de Deleuze nesse *post-scriptum* demanda uma conveniê-

cia em compartilhar, em produzir uma política de intercessores. Demanda encontros e conversas para que se possa não apenas entender o seu dito, mas encaminhar essa breve análise sobre uma novidade no viver ou aquilo que pode ser tomado como problematizar o que estamos a fazer de nós mesmos, desde então.

No que tange às novas ordenações institucionais, é na atualização do exercício dos biopoderes que se vai encontrar a engenharia indispensável aos novos mecanismos de controle da vida, seja lidando com a necessária e provisória delimitação de uma territorialidade onde essa vida possa ser gerida, seja agindo diretamente sobre cada individualidade viva e disposta nesse território. As biopolíticas passam a funcionar como condição de reforma e desenvolvimento dos Estados liberais (FOUCAULT, 2008) e, ao mesmo tempo, como tônica que instrumenta a constituição de organizações não governamentais, sejam empreendimentos com ou sem fins comerciais, em nome, quase sempre, do incremento e da sustentação dessa nova ordem mundial.

Se os biopoderes, ao longo do século XIX e durante parte do século XX, foram máquinas em defesa da sociedade, geridas pelos governos, deu-se o tempo para que essa lógica fosse disseminada também entre outros ambientes, como nos ditos não governamentais, uma razão voltada em primeira instância à preservação da vida. Num primeiro momento, quando essa engenharia política de gestão dos vivos emergia e qualificava suas ações, a vida era tomada apenas na sua dimensão biológica, ou seja, se buscava primeiramente garantir a preservação da espécie humana. Daí o grande atrelamento dessa racionalidade à expansão dos saberes e atos da medicina sobre a vida (FOUCAULT, 2008). Na contemporaneidade o lastro do que se toma por biológico se amplia e se especializa na transformação dos saberes e no incremento das práticas sociais.

Retornando ao *post-scriptum* e a breve disposição sobre as sociedades de controle, se os cenários do tempo presente seriam compostos por roteiros biopolíticos ressignificados, a encenação dos que atuam também já se houvera expandido para além dos esquemas organizados em séries que dispunham sobre o controle do tempo, do espaço e da atividade que constituíam as sociedades disciplinares. O Panóptico como máquina de

produção de um saber sobre si num espaço codificado e de relevo estriado deixava de ser uma representação adequada para os modos de subjetivação nas Sociedades de Controle. Outro mecanismo haveria de ser nomeado para dizer da condição subjetiva dos vivos, para ressignificar também o panoptismo. Deleuze não adentra nesse tipo de detalhamento aqui disposto, mas, de algum modo, o inicia, ao defender uma diferenciação entre um *homo-toupeira* e um *homo-serpente* como expressões dos dois modos de vida que estavam em jogo. Pelas mãos de Franz Kafka, Deleuze diz que essa experiência de transitar entre o confinamento e a variação contínua expõe duas lógicas que vão efetuar a produção da subjetividade e as nomeia por quitação aparente e moratória ilimitada.

A experiência da quitação aparente introduz nos dias a sensação de dever cumprido, carregando em si a perversão de apresentar aos vivos sempre outro dia a se cumprir, a ser tomado como um momento da jornada a mais, um degrau a ser vencido e assim sucessivamente. Essa repetição produzia nos sujeitos da disciplina uma breve sensação de dever cumprido que jamais se efetivava por completo, mas também lhe permitia uma memória que Deleuze chama de inscrição no espaço estriado. O *homo-toupeira* deixava em seu percurso a sua marca ou algo que pode ser tomado como expressão singular da sua forma de fazer. Trata da sua constituição como de um processo de historiar rastros, espaços demarcados. A segunda lógica, a da variação contínua, buscava inscrever na pele de cada sujeito uma dívida perpétua da qual ele desconheceria a origem, mas, afetado pela intensidade da sua vibração, trabalharia em moto-contínuo, como que acreditando ser possível, em algum momento de sua existência, livrar-se desse tributo.

Ao sujeito da quitação aparente Deleuze faz corresponder a figura da toupeira, tomada como expressão de uma cultura monetária, como

[um] animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem

da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. (1992, p. 223).

E é na experiência desse animal que percebe a diminuição estreitar em sua existência biológica das condições de vida, das demandas por instantaneidade em seus fazeres, que problematizo as ações de biopoderes contemporâneos, pensando como uma articulação entre a rede Mundial de Computadores, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e uma experiência de juventude se enredam nos modos de produção da subjetividade. Ainda nas inscrições do post-scriptum, quando supunha os mecanismos de controle que emergiam nos modos de vida no que tange aos processos de formação acadêmica, Deleuze apontou para um regime escolar com “formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da ‘empresa’ em todos os níveis de escolaridade” (p. 225, 1992). A gestão de si passa a ser entendida também como um empreendimento e como expressão miúda das existências, quando o marketing pessoal revela a imagem que se quer para a validação do eu nosso de cada dia. O controle contínuo no contemporâneo vai demandar dos corpos ações descontínuas, pontuais e de pouca projeção sobre um futuro que se avizinha.

Uma história

O Enem, quando da sua implementação na vida social brasileira nos anos de 1990 trazia na sua proposição avaliar o ensino médio nacional, almejando servir num futuro próximo como opção de seleção para o ingresso no ensino superior. Enquanto uma política de Estado, sob a gestão do ministro Paulo Renato nos oito anos de governos de Fernando Henrique Cardoso, ambos pertencentes ao Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), o Enem se quis um programa para encaminhar uma formação acadêmica que valorizasse o ensino técnico e

tecnológico, voltado para um processo de produção de mão de obra qualificada capacitada em receber empreendimentos que se espalhavam pelo planeta através da dinâmica disposta em tempos de globalização.

No dia 5 de novembro de 1997, 660 mil alunos do 2º grau de escolas públicas foram obrigados a prestar um exame para concluir a graduação de ensino médio. A medida, imposta pelo Ministério da Educação, fazia funcionar um laboratório para o Enem, e ficou conhecida como o “provão do 2º grau”. Em maio de 1998, a portaria ministerial nº 438 instituía o Exame Nacional do Ensino Médio, agora em caráter facultativo para os alunos que tivessem concluído ou estivessem cursando a 3ª série do 2º grau. Permanecia a estratégia de ser porta de entrada para o ensino superior, mas não havia um atrelamento formal e legal a essa possibilidade. O Enem, nesse momento, produzia efeitos numa população ou um contingente populacional de aproximadamente 1,5 milhão de concludentes do ensino médio, e era esse o primeiro alvo do governo: tentar gerir essa população numa equação que envolvia políticas públicas, mercado de trabalho, formação profissional e educação (LOPES, 2001).

Imbuído da função de Estado regulador da vida desses jovens, em 1999 o governo FHC apresentava um cardápio de 93 instituições de ensino superior que usariam de algum modo o resultado do exame em sua seleção de ingressos, o que gerou uma lista de 315 mil pessoas que prestaram o exame. Já não se tratava de um experimento mapeado nos gabinetes do Ministério da Educação, mas de algo que percorria as casas e o comércio, gente dos mais variados segmentos sociais, algo que acontece ao nível das produções subjetivas. Uma tecnologia a afetar as individualidades, seus desejos e necessidades, bem como a influir no ambiente institucional da educação, tanto no ensino médio como no ensino superior.

Em pesquisa realizada durante os primeiros anos de vida do Enem (LOPES, 2001), verifiquei como esse instrumento governamental influía na vida, orbitando em cada individualidade, produzindo com essa um saber que era singular e efetivo nos seus modos de afecção, bem como, quando tomava essas individualidades por um conjunto, visando encaminhar os processos

de formação e ingresso no mundo do trabalho com base em uma ordem já projetada.

A análise do Documento Básico do Enem, editado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), dá pistas relevantes do que leva o Enem a se misturar de forma tão efetiva na vida das pessoas. [...] o item A, dos Objetivos Documento Básico do Enem é categórico em garantir a expansão do exame em cada vida em particular que pulse no território nacional: “oferecer uma referencia para que cada cidadão possa proceder à sua autoavaliação com vistas a escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos” [...]. (LOPES, 2000, p.112).

Ter em mente a realização de escolhas futuras a serem feitas num presente que busca situar-se num padrão médio de conhecimento não ensinado na escola formal, era uma aposta governamental para a população-alvo do exame, uma questão fundamental que se inseria na vida dessa juventude, que, tomada apenas pelo disposto na lógica do Enem, deveria estar comprometida essencialmente com a formação, seja superior ou técnica, voltada para o mundo do trabalho. O governo FHC olhava para os jovens e imaginava um conjunto de *homo-toupeiras* que deveria estar disposto a um sacrifício que poderia lhes trazer um benefício direto, mas a meta do desenvolvimento do país era o fundamento essencial desse projeto. Gerir no presente a mão de obra do futuro era a pretensão governamental, que se acertava com alguma precisão na configuração do seu público-alvo, equívocava-se grosseiramente no modo de entendê-lo e na leitura do tempo em que se dava essa experiência de vida.

No ano 2000, a rede mundial de computadores, apesar de não ser ainda uma realidade no cotidiano dos brasileiros comuns, mundo afora já se fazia um suporte tecnológico para construção de outros modos de vida. Em 1997, Pierry Lévy, em seu *Cyberculture*, apresentava um conjunto de definições e de proposições do que constituiria o ciberespaço, dissertava sobre os possíveis impactos das relações que se estabeleceriam nesse e que estariam presentes na realidade cotidiana imediata e,

ainda, supunha desdobramentos para o exercício de uma nova inteligência em variadas dimensões do viver (LÉVY, 2003).

Não se devem tomar os ditos de Lévy como apostas sem pé no real. Observando desse tempo tomado como a segunda década do século XXI, não é difícil perceber que Lévy intuía bem daquilo que rodeava seus estudos, e como a vida, já nos anos 90 do século passado, acionava vontades de conexões mistas, heterodoxas e plurais. As verdades escapuliam das cartilhas convencionais, as ideologias refluíam como âncora de um modelo de organização de Estados, agremiações políticas e sindicais, enfim, um modo indefinido de vida ia se projetando sobre as existências de segmentos expressivos e influentes da vida planetária.

A leitura desse processo sócio-histórico parece ter escapulado aos fundamentos da economia política nos governos FHC, como aponta Michel Foucault (2008), durante o curso “O nascimento da biopolítica”, no *College de France* em 1979, ao apresentar as proposições da arte de governo do liberalismo ao longo do século XX. Na tentativa de gerir a formação acadêmica e o encaminhamento do formando ao mundo do trabalho, controlando todas as etapas dessa história, fazendo da proposta do Enem um intermediário geral desse processo, a gestão FHC excedia ao limite da arte de um bom governo e, por pouco, não põe a escanteio a eficácia do instrumento que criara. O Exame Nacional do Ensino Médio apontava para um eficiente processo de gestão na racionalidade liberal, mas a sua administração implicava em estabelecer uma distância, por parte do governo, daquilo que se faria o corpo adequado a esse propósito. A arte de governo liberal já havia estabelecido, como ordem de eficiência e sucesso, a política de não governar demais. Entretanto, o Enem do governo FHC se quis um intermediário entre as demandas de formação, trabalho, estudo e emprego, pelo menos. Um intermediário acompanha todas as etapas de um processo como se tivesse uma procuração para tal. Ele é um elemento de ligação que requer visibilidade e reconhecimento. Essa condição contradita em sua natureza os fundamentos da gestão liberal na arte de governar.

Desse modo e tomado ao pé dá letra, o Exame Nacional do Ensino Médio, em sua emergência nos governos FHC, mais

que uma referência para escolhas futuras entre os estudantes, insinuava particularmente para cada indivíduo dessa população a necessidade de perseguir um padrão abstrato de competência, o qual seria um parâmetro para o ingresso em formas de vida já estabelecidas mais adiante. Ter o resultado do Enem como uma medida para possível acesso ao ensino superior e entrada no mercado de trabalho, relacionando-o a uma projeção que cada um deve ter de si mesmo quanto a suas capacidades e “aptidões”, constituía-se enquanto uma tecnologia de vigília permanente entre os candidatos, mas, naquele momento, a realidade desse investimento individual não recebia a contrapartida necessária daquilo que realiza o Enem hoje, como um eficiente instrumento da arte de um governo liberal, no caso os governos do presidente Lula e da sua sucessora, a presidenta Dilma.

Antes de pensar o Enem nos governos do Partido dos Trabalhadores é preciso, entretanto, marcar a dimensão da subjetividade que ele induzia ainda nos tempos da gestão do PSDB, com Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato e outros. Posto em execução, o Enem forjava a necessidade de autoavaliação de cada candidato em relação ao próprio desempenho, mas também em saber desse desempenho em relação aos demais, no caso as notas maiores e menores, bem como a média geral de todas as provas. A autoavaliação era produzida com um parâmetro que colocava cada candidato em uma série, numa continuidade e, desse modo, caberia a ele proceder ao encaminhamento mais adequado às habilidades e competências demonstradas. Havia uma perversa transferência de responsabilidade da gestão governamental para o candidato com o resultado na mão. O sistema de ensino, seja público ou privado, o mercado de trabalho e a situação de empregabilidade, isso tudo e outras variantes de uma conjuntura econômico-social deixavam a cena para que o efeito dessa engenharia fosse absorvido apenas pelo candidato com o resultado na mão. Sugeriu a biopolítica educacional da Era FHC que a população juvenil agisse sobre si mesma, como sendo um indivíduo, uma identidade realizada por uma ocupação no presente que se revestia em preocupação com o futuro.

Ao comentar os resultados do ENEM, quando presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso afirmou⁷⁴ ao jornal *Folha de S. Paulo* que “jamais algum governo tenha dado tanta atenção ao ensino básico” e, ainda, que o que se buscava com o exame era a “avaliação das escolas, que é o que se faz, é necessária para que melhorem seu padrão”. Nem uma coisa, nem outra: o Enem, naquele momento, se queria um balizador da vida para uma população de pelo menos 1,5 milhões de pessoas, que no ano de 1999, concluíam o ensino médio, segundo estatística disponibilizada pelo Ministério da Educação⁷⁵. Apresentava-se como uma nova tecnologia voltada para o ajustamento das pessoas a uma realidade apresentada como possível, que ia além das palavras do presidente e se imprimia nos corpos ali tomados por um conjunto, feitos uma população. É desse modo que o exame pode ser pensado como uma biopolítica que existia desde a experiência da configuração moderna do Estado alemão, funcionando como uma

[...] tecnologia que se instala, se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como nascimento, morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Essa tecnologia é definida pela ação do que Michel Foucault chama de biopoder e historicamente tem sua emergência no século XVIII, como uma tentativa de compensar efeitos da vida social que se expandia nos Estados e cidades, requerendo por parte dos governos decisões capazes de ordenar e gerir essa massa humana ali disposta. Daí, a relação entre nascimentos, óbitos, longevidade com aspectos de ordem política e econômica, constituiu, para Foucault, os primeiros objetos de análise desse novo saber que elegia seus primeiros alvos como objetos para a ação da sua biopolítica.

74 Ver o jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 16 de dezembro de 1999.

75 Ver o jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 29 de maio de 1999.

As relações humanas ganhavam um olhar organizador, minucioso e amplo, voltado para a produção de uma vida equilibrada, na qual a saúde, a previdência e a manutenção da espécie se afirmavam primeiramente, através de um regime de verdade disposto por processos regulamentares. Invertendo a máxima das sociedades de soberania em que era facultado ao poder central o direito de vida e morte sobre os súditos, o controle biopolítico afirmava a necessidade de fazer viver, de garantir ao vivo a vida. Caberia, ainda, ao Estado moderno o exercício de deixar morrer em situações específicas, nos casos em que uma vida poderia comprometer as demais, e desse modo lhe seria permitido abandoná-la. Mas esse exercício da função de morte ou aquilo que Foucault denominou como racismo de Estado era, antes, uma válvula de escape que um modo de disseminar algum terror sobre as existências.

Teria, então, duas funções o racismo de Estado: a primeira de “fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” e a segunda função disposta numa lógica em que, “quanto mais você deixar morrer, mais, por isso, você viverá”. Cabe a ressalva de que essa função não necessariamente se dá de forma direta. “O fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (1999 p. 306) seriam formas de fazer o racismo funcionar.

Importante, entretanto, marcar que essa disposição biopolítica data dos modos de vida de alguns Estados europeus no século XIX, em tempos em que se difundiam os ideais de que uma ordem específica e racionalizada teria por efeito o desenvolvimento, o progresso de uma nação. Data dessa mesma época um intenso processo de produção de saberes sistematizados, bem como a experiência da produção da vida disciplina (FOUCAULT, 1987, 1993). Lógicas para o viver se consolidavam e viriam a marcar os processos históricos de algum modo, mas a transposição desses processos no tempo, no caso das formas de vida que ganhavam alguma consolidação, se tornaria inviável. As certezas como produtos do saber moderno entrariam em crise e outros pensadores, além de Deleuze (1992), marcaram

o distrato entre a realidade e os ditames da verdade moderna (LATOUR, 2008; PRIGOGINE, 1996).

Uma outra história

Aqueles que procuraram pensar a contemporaneidade puderam fazê-lo apenas com a condição de cindi-la em mais tempos, de introduzir no tempo uma essencial desomogeneidade. Quem pode dizer: “o meu tempo” divide o tempo, escreve neste uma cesura e uma descontinuidade; e, no entanto, exatamente através dessa cesura, dessa interpolação do presente na homogeneidade inerte do tempo linear, o contemporâneo coloca em ação uma relação especial entre os tempos. (AGAMBEN, 2009, p. 71),

Prouni, Fies, Enem, Enade, Encceja, Reuni e Sisu perfazem sete dos 11 links que se encontram na aba ESTUDANTES, na página de entrada do portal eletrônico do Ministério da Educação⁷⁶. Muitos outros links, além dessa aba, habitam a página do Ministério da Educação e ali perfazem a realização de uma rede que tangencia possibilidades inumeráveis de relações em que surgem os encaminhamentos que uma vontade possa disparar, quando posta a navegar entre os endereços dessa mídia digital. Um link leva a outro, que lembra outro, que pode ser aberto ao lado, numa outra página, e fica à espera de uma vontade ou necessidade que o chame para fazer parte de movimento que Pierre Lévy (2003) toma por hipertexto.

Trata-se de uma nova maneira de ler, um jeito inusitado de fazer aparecer intempestividades na experiência de uma leitura num plano materialmente exposto, quando se quebra a sua linearidade. O trabalho da imaginação pode fazer percorrer, num instante, imagens as mais distintas, pode a imaginação compor nelas sentidos ao infinito, mas a expressão desse trabalho, até o advento da internet, não houvera encontrado ainda um campo de realização correspondente. Há alguma magia em tri-lhar as páginas dispostas na rede mundial de computadores,

76 Ver em <http://portal.mec.gov.br/>.

como há mágica em percorrer os desatinos de uma imaginação, posto essa ser essencialmente hipertextual; isso potencialmente. Lemos (2001) apresenta uma possibilidade de tomar os que navegam pela rede mundial de computadores de maneira descompromissada, mas com observação em dia, na forma de ciber-flâneur. Diz que esses estariam no ato de percorrer páginas sucessivas, a produzir a realidade do ciberespaço, pois carregariam consigo as apropriações de observações feitas num ciberespaço para o seguinte.

A partir desses gestos (andar ou clicar), estaríamos deixando marcas próprias e não é à-toa que somos 'caçados' pelas impressões eletrônicas que deixamos na Rede. Longe de uma simples consumação passiva dos espaços (urbano ou ciber), estaríamos diante de processos de sedução, de desvio e da apropriação (De Certeau, 1996) que impregnam esses mesmos espaços de sentido, já que vividos como experiência. (LE-MOS, 2001, p. 47).

Importante ressaltar que as impressões eletrônicas apontadas por Lemos se fazem nos dispositivos da linguagem tecnológica de caráter binário, que permitem a configuração das páginas como são percebidas nos terminais de computadores conectados à Internet. Outra coisa é a dimensão afetiva que se produz na fabricação dos hipertextos. Essa não habita a máquina ou o sentido binário que lhe traz também existência, pois escapa à própria rede mundial de computadores, mesmo quando se configura com o seu suporte. Aí reside uma potência e é nela que se faz essa problematização que articula a condição de juventude, a cibercultura e o Enem, na contemporaneidade. Uma configuração geral desse problema deve ser tomada aqui pelo que chamo de atualidades biopolíticas.

Durante os anos do governo Lula e no Governo Dilma se deu um massivo processo de investimento em frentes de expansão da formação acadêmica que ganhavam faces diversas e por vezes aparentemente desarticuladas, como a política de financiamento público para estudantes de instituições de ensino

superior privadas, conhecido como Prouni⁷⁷, e também, ao mesmo tempo, se colocou em ação o Reuni⁷⁸, que garantiu uma expansão sem precedentes da rede de formação superior federal, seja na ampliação de universidades já em funcionamento, seja na inauguração de novas universidades, seja, ainda, na criação e ressignificação dos institutos de ensino técnico/tecnológico, voltando-se para a formação de 3º grau. Os expressivos números dessas políticas de Estado podem ser encontrados com facilidade nos links governamentais, mas também numa busca em veículos da mídia não governamental. Nessa discussão, importa pouco a quantidade dos feitos nesse segmento da educação formal, pois o foco dessa discussão está em analisar o fundamento da engenharia desse fazer. Aí se localiza a razão biopolítica de uma arte de governo que, se aparentemente pode ser percebida como paradoxal ou ambivalente, contextualizada na vida de uma sociedade de controle, na verdade, está a atirar para todos os lados em busca de um acerto, afirmando a viabilidade da sua ação pelos inúmeros modos de conexão com os vivos. De algum modo e em alguma medida, esse contexto biopolítico se atualiza em possibilidades de acesso à juventude, agora efetiva-

77 “O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos” segundo http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298. Acesso em agosto de 2013.

78 “A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão” segundo http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085. Acesso em agosto de 2013.

mente tomada como uma população estimada em mais de sete milhões de pessoas⁷⁹.

Como aponta Farhi Neto (2010),

[uma população] não é um povo assujeitado, na unicidade de sua própria vontade, ao soberano; não é o arranjo hierárquico e funcional de corpos dóceis, em um sistema disciplinar performático; nem tampouco, a grande família; mas é o conjunto de seres humanos articulados, em suas vidas, uns aos outros, por um ou mais dos princípios biopolíticos de reunião. (p. 189).

Acentua Farhi Neto que esses princípios demandam procedimentos de inteligibilidade e operacionalidade da população à qual se destinam as biopolíticas e essa é a condição de análise de uma formalização do exercício da ação do biopoder em seus contextos históricos. O Enem, no presente, viabiliza o exercício da condição homo-serpente de modo muito mais eficaz que o Enem implementado nos governos FHC. Hoje o exame não se presta a fazer avaliação seja do potencial do candidato, seja do ensino médio de escolas privadas ou públicas. O Enem é uma oportunidade de conexão ao Sisu⁸⁰, à política de cotas, ao Reuni e a outras tantas linhas de sentido para delas fazer uma senha que permita acesso a uma outra existência, sem fornecer qualquer garantia sobre esse outro modo de vida que se está a acessar. O Enem é uma realização cibercultural nesse contemporâneo de que nos dispomos.

79 Ver em <http://oglobo.globo.com/educacao/enem-2013-quase-90-dos-concluintes-do-ensino-medio-se-inscreveram-8532714> . Acesso em agosto de 2013.

80 “O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. No sítio, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes” segundo http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16185&Itemid=1101 . Acesso em agosto de 2013.

Muitas vidas e histórias

A atualização das biopolíticas nas vidas no contemporâneo implica em modos de permeabilização das existências às finalidades dispostas por essa racionalidade governamental. O jogo liberal acentua, desde a emergência dos seus primeiros saberes, uma disposição competitiva que prima pelo fortalecimento próprio, muitas vezes em detrimento da condição da vida alheia. Em cada contexto histórico em que se efetuava, a arte de governo liberal produzia saberes que se queriam fundamentos para organizar o seu jogo da vida. Se, no momento marcado pelo Mercantilismo, se esperava de um bom governo a capacidade de garantir a própria expansão econômica, com um olho nas suas fronteiras, tendo os vizinhos como adversários e não inimigos, e o outro olho na sua população, instigando-a reproduzir esse processo de racionalização em suas vidas; se, no Estado moderno, esse viés muda e ao governo cabe a observância da eficiência cirúrgica de suas ações que consiste em deixar que o mercado trabalhe por si, dando-lhe abrigo quando necessário, através de uma consciência de gestão que se governa sempre demais e daí o estabelecimento de uma razão dietética (FOUCAULT, 2008), no século XX outras possibilidades de gestão da vida se expandiram e é nesse sentido que se produz uma lógica de controle voltada para uma vida globalizada, mesmo em sua experiência local.

É esse momento que Gilles Deleuze (1992) toma como a emergência da Sociedade de Controle, e busca qualificar essa escrita como um modo de vida, intensamente articulado aos dispositivos cibernéticos, com a realização de experiências existenciais que vão além da questão do organismo fisiológico ou natural, como apontam Paula Sibilia (2002), com a apresentação da experiência de um corpo pós-orgânico, Dona Haraway (2000), com a discussão da condição ciborgue no fim do século, e Paulo Virilio (2002) em sua genealogia da percepção visual, que estaria a se encaminhar hoje, predominantemente, por meio de máquinas. A vida lincada parece encaminhar como condição exclusiva para o viver um modo cibercultural de realizar as co-

nexões que cada dia venham a demandar ações dos *homo-serpentes* dispostos por Deleuze.

Há uma macrossensação dessa condição entre as pessoas, entre os sentidos que se propagam, quando, diante dos inumeráveis modos de se conectar, não poderia existir vida além desses planos de conexão. Michel Hardt (2000), articulando a ideia de Deleuze a uma discussão sobre o império mundial que se formalizava no contemporâneo, chamou essa condição de inclusão diferenciada, ao dispor que [...]

[...] em sua forma ideal, não a forma do mercado mundial: o planeta inteiro é seu domínio. [...] Da mesma maneira, talvez, com que Foucault reconheceu no panóptico o diagrama do poder moderno e da sociedade disciplinar, o mercado mundial poderia fornecer uma arquitetura de diagrama (mesmo não sendo arquitetura) para o poder imperial e a sociedade de controle. (p. 361).

O Enem, como biopolítica do governo Dilma, realiza a eficiência do ciberliberalismo, ao fazer intuir, numa população de quase oito milhões de pessoas, diretamente, a consciência da necessidade de uma senha para estabelecer sua trajetória hipertextual com interfaces que se expressam na formação acadêmica, mercado de trabalho, instituições de ensino superior, financiamento para estudos, políticas de cotas, infraestrutura das instituições de ensino, corpo docente, cidades e tantas outras singulares possibilidades que não se podem nomear. Cada corpo, cada cibercorpo vai montando uma trajetória em suas conexões, provavelmente como o ciber-flâneur de Lemos (2001), naquilo que os dígitos do sistema conseguem carregar e definir. Mas a arte-flâneur (BENJAMIN, 2000) se dispõe em maneirismos desordenadores e, para cada mapa de um acesso, há afetos que não se deixaram capturar pelo mesmo, há afetos que se movem para a próxima interface e para a seguinte, às vezes para fora dessa condição cibercultural. Afetos que, de algum modo, por serem sabedores de outras possibilidades de prazer, de vontade, de potência demandam vidas ainda não reguladas pelas atualizações biopolíticas.

Juventude: eis uma razão ainda pouco razoável para esses ditames liberais. Juventude como algo que escapa. Juventude que não se quer representante de um momento cronológico das existências humanas. Juventude como a condição ontológica do que faz do humano um bicho demasiado. Juventude como o estar e o por vir de muitas vidas e histórias ou, de outro modo, juventude como aquilo “que não tem medida nem nunca terá.” (HOLANDA, 1976).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapeco: Argos Editora, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

Documento Básico do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM. Obtido via Internet. <http://www.inep.gov.br/ecn/default.htm>. 1999

FARHI NETO, Leon. **Biopolíticas: as formulações de Foucault.** Florianópolis: Cidade Futura, 2010

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999

_____. A Sociedade Disciplinas em crise In: _____. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARAWAY, Dona. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HARDT, Michel. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.

HOLANDA, Chico Buarque. **O que será?** Intérpretes: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Universal Music, 1976.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

LEMOS, André. Ciber-flânerie. In: SILVA, Dinorá e FRAGOSO, Suely (Orgs.). **Comunicação na cibercultura**. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LOPES, Kleber. **Quando se tem a resposta e ainda não se sabe formular a pergunta**: ENEM. 2001. 95 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Enem: efeitos na constituição dos corpos e dos movimentos das populações. **Educação em debate**, Fortaleza, ano 21, v. 1., n 30, p. 111-116, 2000.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e leis da natureza. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VIRILIO, Paul. **A máquina da visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

